

SANEAMENTO

Encantado pode interromper contrato com Corsan após falhas

Livia Araújo, com agências
livia@jcrs.com.br

O município de Encantado, no Vale do Taquari, decidiu revisar o contrato de coleta e tratamento de esgoto sanitário com a concessionária Corsan Aegea após recomendação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, emitida na segunda-feira (20). A orientação do órgão inclui a suspensão da execução do contrato, a interrupção da cobrança de tarifas e a paralisação das obras até que sejam sanadas falhas na prestação do serviço.

A medida foi motivada por reclamações recorrentes da população e pela constatação de problemas, principalmente na comunicação com os usuários. Segundo o Ministério Público, consumidores relatam dificuldades para obter informações claras sobre tarifas, obrigatoriedade de ligação à rede e funcionamento do sistema. O órgão aponta que há violação ao direito à informação previsto no Código de Defesa do Consumidor, o que tem gerado insegurança entre os moradores.

Em nota oficial, a prefeitura informou que acatou integralmente a recomendação. “A Administração Municipal manifesta plena concordância com os termos da recomendação, a qual reflete, de forma fiel, a realidade já enfrentada pelo município ao longo dos últimos meses”, acrescenta.



PREFEITURA DE ENCANTADO/DIVULGAÇÃO/CIDADES

Município decidiu por acatar recomendação do Ministério Público e cobra melhorias; Corsan afirma ter plano de investimentos

Ainda conforme a prefeitura, falhas na prestação dos serviços vêm sendo registradas de forma reiterada, incluindo “deficiência de comunicação com a população, má qualidade do atendimento ao usuário e ausência de respostas efetivas às demandas institucionais”. O município destaca que já havia adotado medidas de fiscalização antes da atuação do Ministério Público, como recomendações administrativas à concessionária e a edição de norma que exige relatórios detalhados sobre o serviço.

Mesmo com essas iniciativas, a gestão municipal afirma que não houve resposta satisfatória por parte da empresa. “Tal postura revela não apenas resistência injustificada à fiscalização contratual, mas um grave desrespeito ao município e, sobretudo, à população de Encantado”, aponta a nota. Diante do cenário, o Executivo informou que já encaminhou análise contratual à Agência Estadual de Regulação dos

Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs), buscando possíveis medidas no âmbito regulatório.

Dentre as recomendações do Ministério Público estão também a criação de um plano de ação para melhorar o atendimento ao consumidor, a disponibilização de canais presenciais e remotos por pelo menos oito horas diárias e a possibilidade de renegociação e parcelamento de tarifas já cobradas. O não

cumprimento das orientações pode resultar em responsabilização administrativa, cível e criminal dos gestores envolvidos.

Em resposta, a Corsan/Aegea afirmou que irá prestar esclarecimentos e reforçou a legalidade das operações. “A Corsan reafirma seu compromisso com a transparência e o diálogo permanente com autoridades públicas e órgãos de controle”, informou. A empresa também destacou que “todos os serviços prestados, prazos e tarifas aplicadas [...] estão de acordo com a legislação vigente e são fiscalizados pelas agências reguladoras”.

A concessionária reconhece que podem ocorrer “problemas pontuais” na prestação dos serviços, mas afirma que eles são tratados e corrigidos quando identificados. Além disso, ressaltou o plano de investimentos em andamento, que prevê R\$ 17 milhões para expansão do sistema de esgoto em Encantado ainda em 2026, com implantação de 24 quilômetros de rede e novas estruturas de tratamento.

O impasse ocorre em meio à ampliação dos serviços de saneamento no Estado, impulsionada pelas metas do novo marco legal do setor, que prevê universalização até 2033. Porém, no caso de Encantado, a discussão evidencia desafios na execução local dos contratos e na relação entre concessionária, poder público e usuários.

SERVIÇOS

Máquinas trabalham no desassoreamento de áreas atingidas pelas enchentes de 2023 e 2024 em Arroio do Meio

A remoção de sedimentos do Arroio Bicudo, no distrito de Palmas, é percebida pelos moradores como uma medida de prevenção essencial para o futuro em Arroio do Meio. Os trabalhos são realizados para que, no futuro, a região seja menos impactada por questões relacionadas às enchentes.

O desassoreamento do arroio teve início na primeira quinzena de abril e segue ao longo do mês com o objetivo de melhorar o escoamento da água e reduzir riscos de alagamentos, beneficiando diretamente as famílias da comunidade.

A ação foi viabilizada por meio de articulação da prefeitura junto ao governo do Estado. O serviço consiste na retirada de sedimentos e materiais acumulados no leito do arroio após os eventos climáticos de 2023 e 2024, ampliando a capacidade de vazão e contribuindo para maior segurança das residências e acessos próximos.

O prefeito Sidnei Eckert esteve no local e destacou que a remoção do material no leito do arroio foi uma demanda apresentada pelos moradores em reunião comunitária no ano passado. A pauta vinha sendo

tratada semanalmente junto ao governo do Estado, em Porto Alegre. Ele agradeceu à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedur) e ao governo do Estado pela cedência das máquinas para o trabalho, coordenado pelo secretário adjunto do Planejamento Urbano, Rodrigo Valentin, que acompanhou a visita, e pelo subprefeito de Palmas, Serginho Wilsmann.

Segundo o prefeito, a intervenção traz mais tranquilidade para a comunidade. “É um momento de alegria para as famílias que aguardavam o desassoreamento do arroio. Ainda

vamos tentar buscar recursos para que o desassoreamento avance até o rio Taquari, já que

nesta etapa foi até um pouco abaixo da ponte do Thomé”, afirmou.



JAQUELINE MANICA/DIVULGAÇÃO/CIDADES

Arroio Bicudo, no distrito de Palmas, recebe as intervenções desde o início do mês